

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.067 - MS (2019/0163182-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : NATALIA PEDRO ANTONIO
ADVOGADOS : JADER EVARISTO TONELLI PEIXER - MS008586
ANDERSON ALVES FERREIRA - MS015811
Taeli Gomes Barbosa - MS021943
AGRAVADO : BANCO CETELEM S.A
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA - SP327026

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO - AÇÃO DE CONHECIMENTO DE NATUREZA CONSTITUTIVO - CONDENATÓRIA - PRELIMINAR DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE REJEITADA - MÉRITO - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - EMITENTE ANALFABETA - VÍCIO INAPTO PARA RECONHECER A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO EM RAZÃO DA COMPROVAÇÃO, PELO BANCO, DO BENEFÍCIO AUFERIDO PELA EMITENTE - PARTE PARA QUITAÇÃO DE OUTRO CONTRATO E PARTE DISPONIBILIZADO, ATRAVÉS DE TED, PARA A EMITENTE - RECURSO DO RÉU PROVIDO - RECURSO DA AUTORA NÃO CONHECIDO. 1. Combatendo o recurso os principais fundamentos da sentença, não há falar em ofensa ao princípio da dialeticidade. 2. A comprovação pelo banco de a emitente do título de crédito, conquanto analfabeta, ter se beneficiado do valor do mútuo, afasta a nulidade da contratação e, conseqüentemente, qualquer direito a reparação moral.

Nas razões do especial, aponta a agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 186, 187, 927 e 944 do Código Civil; 1º, 2º, 6º, 14, 39 e 46 do Código de Defesa do Consumidor e de dispositivos constitucionais.

Defende que houve má valoração das provas quando do afastamento da responsabilidade da casa bancária, visto que a recorrente não recebeu a quantia referida no

contrato.

Alega que faz jus à reparação econômica por dano moral, dada a violação à dignidade da pessoa humana, bem como pela hipossuficiência do consumidor, haja vista as características pessoais e elementos sociais que integram a personalidade da autora.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, quanto à apontada violação a dispositivos constitucionais, diante da incompetência para sua análise, não cabe a apreciação de teses constitucionais em recurso especial (AgInt no AREsp 1152689/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 16/2/2018).

Quanto ao mérito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que cabe ao magistrado, destinatário da prova, ponderar sua validade, conforme o princípio do livre convencimento motivado (AgInt no AREsp 1.120.015/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 5/3/2018).

O Tribunal de origem, no tocante aos requisitos legais que revestiram o contrato de empréstimo bancário objeto da lide, após minuciosa análise do acervo probatório juntado aos autos, assim se manifestou sobre a controvérsia (fls. 336-337, e-STJ):

Ademais, o agente financeiro trouxe também os dados bancários para demonstração de que a ordem de crédito (TED) no valor de R\$ 403,03 (quatrocentos e três reais e três centavos) foi disponibilizada na conta corrente pertencente à autora (Banco 237, agência 1482, conta corrente n. 5338786), exatamente conforme dados bancários indicados no contrato (f. 160-166 e 169-170).

A juntada de tais documentos aos autos pelo banco, transmudou para a autora o ônus de desconstituir a prova da contratação e depósito dos valores em conta bancária. Mas a autora limitou-se a reafirmar que não realizou empréstimo nem obteve o proveito do mútuo, deixando sem resposta a existência de tais instrumentos e transferência bancária.

E não é só: em nenhum momento a autora levanta que a conta indicada para depósito da quantia contratada não seria sua, limitando-se a dizer que a instituição financeira não comprovou o depósito.

Em verdade, o banco foi bem sucedido em demonstrar a existência de

fato impeditivo do direito da autora (art. 373, inciso II, do CPC), trazendo aos autos documentos que comprovam tanto a contratação entre as partes como o depósito na conta, através de TED, do valor mutuado, o que implica dizer que a pretensão autoral não conta com qualquer respaldo ou corroboração que a sustente.

A autora apegou-se à idéia de que o banco deveria produzir provas acerca da disponibilização dos valores, mas esqueceu-se de que ela própria poderia ter acostado aos autos os extratos de sua movimentação bancária relativa a todo período que coincide com a relação jurídica discutida nestes autos.

(...)

No caso destes autos a autora afirma que não celebrou o contrato de empréstimo consignado do qual deriva os descontos mensais incidentes sobre seu benefício previdenciário e que não usufruiu dos valores.

A prova produzida pelo réu, no entanto, revelou justamente o contrário, ou seja, a existência de contratação e de remessa do respectivo valor para a conta da autora.

O agente financeiro trouxe aos autos o contrato subjacente à relação obrigacional (contrato nº 21-209016/1230 f. 161-166), firmada em 20.11.12 no valor de R\$ 859,54 (oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos); comprovação da origem e da transferência de parte do valor mutuado ao Banco Bradesco (f. 160 e 169-171 - R\$ 428,51) e do montante repassado à autora (f. 163-166, de R\$ 403,03).

Em que pese os documentos estamparem a digital da autora, o que implica em vício do negócio jurídico, não há, por outro lado, meio de reconhecer a nulidade, porque houve repercussão de seus efeitos, quer pela quitação de outra obrigação por ela assumida quer pela disponibilização da diferença do valor mutuado através de transferência bancária.

A ordem de pagamento é uma forma de liberação do empréstimo em que o cliente tem o encargo de se dirigir a qualquer agência do banco conveniado para, portando os documentos de identificação, requerer o saque do valor contratado.

Verifica-se que a Corte local afastou a responsabilidade do recorrido, diante da demonstração de que a pactuação entre os litigantes quitou dívida anterior e concedeu

ordem bancária à autora, fatos contrários ao alegado na inicial e não provados pela ora agravante.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. PRECEDENTES. ATO ILÍCITO. INEXISTÊNCIA. DANO MORAL. REPARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. (...)

2. Em relação à responsabilização do agravante pelos danos sofridos pela agravada, o Tribunal de origem, apreciando o conjunto probatório dos autos, concluiu pela inexistência dos requisitos ensejadores da responsabilidade civil. A inversão do que ficou decidido pelo acórdão recorrido no tocante à ausência de ato ilícito capaz de ensejar a responsabilidade e o pagamento de indenização, tal como postulada nas razões do apelo especial, demandaria nova análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

3. (...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 634.960/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 11/9/2015)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, considerando-se suspensa a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora